

# CULTURA PROFISSIONAL

## O EXÉRCITO PORTUGUÊS — NO PASSADO E NO PRESENTE

ANTONIO MANUEL DE F.M. CARNEIRO  
PACHECO, Major do C.E.M.

"A falta de lustre na pena do historiador procurou compensá-la o soldado com a ternura da sua alma de patriota e a sinceridade do seu coração de militar"

General Ferreira Martins

Falar ao Brasil no Exército de Portugal o mesmo é que folhear em família numa maravilhosa história de vários volumes que a Comunidade Luso-Brasileira encadernará num livro só — o do Destino comum dos nossos Povos.

É bem verdade que, se a Diplomacia e a Estratégia são as grandes alavancas de que a Política se serve para formar, consolidar e engrandecer o Estado, o Exército, como elemento terrestre das Forças Militares, estreitamente ligado ao pensamento político que através do tempo informou a nossa ação no Mundo, foi um dos grandes construtores da História de Portugal.

### I — O EXÉRCITO PORTUGUÊS DESDE A FUNDAÇÃO A REPÚBLICA (1919)

No vasto políptico em que se sucedem as imagens desse período quase oito vêzes secular destacare-

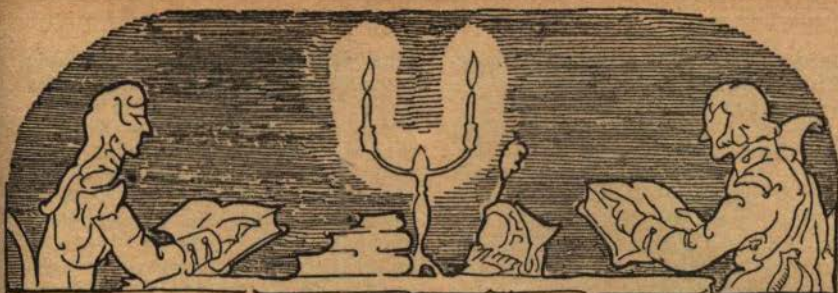
mos, desde já, alguns painéis cuja côr e beleza de composição o tempo não consegue apagar: São eles:

*O do Exército Medieval* — cuja orgânica e ação se estendem desde a Fundação da nacionalidade até ao sistema das "ordenanças" de D. João III (1143-1549).

Nesta época gloriosa de formação, consolidação e expansão do Reino, o Senhor tinha o direito de armar os seus vassallos.

De acôrdo com a organização militar medieval o Exército do Rei, ou "hoste", era constituído essencialmente por *contingentes feudais* dos ricos homens, pelas *milicias comunais* fornecidas pelos conselhos, e por contingentes das *Ordens Militares*, em que ao exercício místico se aliava o das armas, constituindo o refúgio permanente do espírito militar, que assegurou a reconquista cristã da Península e tanto contri-





# CULTURA PROFISSIONAL

## O EXÉRCITO PORTUGUÊS — NO PASSADO E NO PRESENTE

ANTÓNIO MANUEL DE F. M. CARNEIRO  
PACHECO, Major do C.E.M.

"A falta de lustre na pena do historiador procurou compensá-la o soldado com a ternura da sua alma de patriota e a sinceridade do seu coração de militar"

General Ferreira Martins

Falar ao Brasil no Exército de Portugal o mesmo é que folhear em família numa maravilhosa história de vários volumes que a Comunidade Luso-Brasileira encadernará num livro só — o do Destino comum dos nossos Povos.

É bem verdade que, se a Diplomacia e a Estratégia são as grandes alavancas de que a Política se serve para formar, consolidar e engrandecer o Estado, o Exército, como elemento terrestre das Forças Militares, estreitamente ligado ao pensamento político que através do tempo informou a nossa ação no Mundo, foi um dos grandes construtores da História de Portugal.

### I — O EXÉRCITO PORTUGUÊS DESDE A FUNDAÇÃO À REPÚBLICA (1919)

No vasto políptico em que se sucedem as imagens desse período quase oito véses secular destacare-

mos, desde já, alguns painéis cuja côr e beleza de composição o tempo não consegue apagar : São êles :

*O do Exército Medieval* — cuja orgânica e ação se estendem desde a Fundação da nacionalidade até ao sistema das "ordenanças" de D. João III (1143-1549).

Nesta época gloriosa de formação, consolidação e expansão do Reino, o Senhor tinha o direito de armar os seus vassallos.

De acôrdo com a organização militar medieval o Exército do Rei, ou "hoste", era constituído essencialmente por contingentes feudais dos ricos homens, pelas milícias comunais fornecidas pelos conselhos, e por contingentes das *Ordens Militares*, em que ao exercício místico se aliava o das armas, constituindo o refúgio permanente do espírito militar, que assegurou a reconquista cristã da Península e tanto contri-



buiu, depois, para a proeza extraordinária dos Descobrimentos e Conquistas dos séculos XV e XVI.

Entre as reformas militares deste período destacam-se: a de D. Sancho I, em que claramente se vislumbra a obrigatoriedade do serviço militar, a de D. Diniz (1290) que promulgou o *Regimento de Guerra*, em que pela primeira vez aparece a designação de *ordenanças* como significando o pessoal apurado nos conselhos para ficar "às ordens do Rei"; a de D. Fernando (1373) com as suas "*Ordens Gerais*", pelas quais o serviço militar, que já era obrigatório, passa a ser geral, como princípio, e outras, como as de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V (*Ordenações Afonsinas*) nas quais se mantêm o caráter fundamental da legislação de D. Diniz e D. Fernando.

D. João II foi, como sabemos, o organizador do poder marítimo e D. Manuel I, instado pelos procuradores dos conselhos, mantendo a prioridade do nosso esforço naval, reduziu as forças de terra, extinguindo os "Besteiros do Conto", com inconvenientes, mais tarde verificados, para a defesa da posição conquistada no Mundo.

\* \*

Como marcos miliários da ação do Exército Português neste período de formação nacional e imperial a História perpetuou a lembrança de batalhas vitoriosas, entre as quais avultam:

*Ourique* (1139), *Tomada de Santarém e Lisboa* (1147), *Tomada de Silves* (1189) e sua reconquista (1242), *Tomada de Alcácer* (1217) e *Tomada de Faro* (1249), com a qual se concluiu a formação metropolitana. Em ação combinada pela reconquista cristã da Península anteviemos em *Navas de Tolosa* (1217) e no *Salado* (1340), empurrando-se o mouro invasor de antanho (711) para o seu reduto de Granada, de onde mais tarde foi acossado para as suas terras africanas.

Formado o Reino, houve que defendê-lo da cobiça do poderoso vizinho — Castela — e então se trava

uma série de batalhas gloriosas pela consolidação da nossa independência, entre as quais: *Atoleiros* (1384), *Trancoso*, principalmente *Aljubarrota* e, finalmente, *Valverde*, em 1385. Mas eis que a vocação universalista dos portugueses logo se revela lançando-os na campanha de expansão pelo Norte de África, e então ficaram celebradas as conquistas de *Ceuta* (1415), *Alcácer-Ceguer* (1458), *Arzila e Tanger* (1471). Depois, e na sequência de esse mesmo universalismo lusiada, que levou ao *descobrimento do caminho marítimo para a Índia* (1498) e à *dessoberta do caminho do Brasil* (1500), o 1º Vice-Rei da Índia, em ação conjunta das forças de que dispunha, ampliou os nossos domínios orientais com as conquistas de *Mombaca e Quiloa* (1505), na África Oriental, e o 2º Vice-Rei com as de *Ormuz, Goa e Malaca* (1507-1511), assim se estabelecendo e alargando em Terras do Levante num vasto Império Português, que inspirou ao épico imortal dos *Lusíadas* a legenda famosa: "*Dilatando a Fé e o Império*" e deu ao Rei Venturoso o incomparável título de: "*Rei de Portugal e dos Algarves, de além e além-mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*".

\* \*

Da riquíssima galeria de chefes militares, correspondente a este período, sobressaem figuras de legenda, desde Afonso Henriques — O Rei Conquistador — e seus guerreiros de ténpera de aço, como Gonçalo Mendes da Maia e Fuas Roupinho e Martim Moniz, através da plêiade brilhante dos Reis da 1ª Dinastia, até ao Mestre de Aviz (fundador da 2ª Dinastia), ao Condestável D. Nuno Alvares Pereira, a D. Afonso V — O Africano — e aos grandes Vice-Reis da Índia Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Luiz de Ataíde e outros, e aos seus valorosos capitães: Duarte Pacheco, João de Castro, Lopo Soares de Albergaria, Martim, Afonso de Souza, Fernão Peres de Andrade, Pero de Amaia, Afonso de Noronha,



Henrique de Menezes e tantos... tantos mais.

Figuras e fatos da maravilhosa gesta do Exército Português no seu esforço hercúleo pela formação nacional, consolidação da independência e expansão do reino de Portugal.

Homens e ações que a lembrança guarda e muitos dos quais em letras inspiradas perduram para sempre nessa bíblia pátria dos Lusíadas!

\* \*

Seguindo o maravilhoso políptico, aparece-nos um outro painel quase tão vasto como o anterior, e no qual, depois de negras tintas, qual "leit motiv" de uma derrota que significou seis decênios de dominação estrangeira, surgem, em contraste consolador, as côres brilhantes da vitória a que os olhos se tinham habituado no já descrito retábulo, celebrando as Campanhas da Restauração (1640-1668) e, depois, as da Guerra Peninsular (1807 a 1810 em Portugal, e até 1814 em Espanha e França).

É o *Período das Ordenanças* — que se inicia com a reforma militar de D. João III, em que se fundamenta a organização das ordenanças do reino promulgada por Regimento de 10 dez. 1570 de D. Sebastião, e vai até à reorganização promovida pelo General Beresford em 1816 ... (1549-1816).

Neste período, que sucedeu à quase milagrosa e incontida expansão do domínio de Portugal no Mundo, pelo seu poder marítimo, tornando-se pequena a cabeça do Reino para tão grande Império, volta a recair no Exército, talvez demasiado tarde, a prioridade da organização das nossas forças armadas.

É assim que D. Sebastião (em 1569) "estuda a reorganização militar do país, tão descurada desde D. Manuel, e promulga em 10 dez. 1570 o *Regimento das Companhias*

*de Ordenanças*", que põe de pé a notável organização militar "pela qual nos vamos reger por mais de dois séculos". Segundo êsse diploma foi o reino dividido em capitães-mores ou comarcas, em cada uma das quais o capitão-mor, (1) coadjuvado pelo sargento-mor de ordenanças, tinha a seu cargo o alistamento de todos os homens válidos dos 20 aos 60 anos, formando com êles as *Companhias de Ordenanças*, de comando de capitão e que, reunidas, formavam o *Térço de Ordenanças*, antecessor do Regimento "A Restauração repôs em execução a organização de D. Sebastião ligeiramente alterada. O serviço militar obrigatório passou a abranger os indivíduos desde os 16 aos 60 anos de idade. É criado pela primeira vez em Portugal o *Exército Permanente*, constituído por 20.000 infantes e 4.000 cavalos. Estas eram as tropas de 1ª linha. As tropas de 2ª linha eram chamadas tropas auxiliares ou milícia e não eram permanentes. Os terços de auxiliares eram convocados em caso de guerra (2)."

Se bem que a construção das fábricas d'armas em Barcarena e Lisboa se deva aos Reis D. Manuel I e D. João III que, como afirma Severim de Faria, no seu livro "Notícias de Portugal" conseguiram fazer construir e guardar nos seus arsenais muitas mil armas de tôdas as espécies, chegando El-Rei D. João III a ter armas para 40.000 homens, e muitas mil peças d'artilharia grossa e meúda", não devemos esquecer que D. João IV soube organizar o Estado, a Nação e o Exército de acôrdo com os requisitos da conjuntura político-militar, criando o *Conselho de Guerra* (1640) constituído pelos generais mais distintos, estabelecendo o cargo de Tenente-General da Art. do Reino e a *Tenência*, (3), nomeando Governadores para as Províncias "tirados dos oficiais mais experimentados", pro-

(1) O capitão-mor era o alcaide-mor ou senhor de terras. Os mais oficiais eram eleitos pelas câmaras.

(2) Elementos de Organização Militar — Tel.-Cel. do C.E.M. Pereira da Conceição.

(3) Verdadeira antecessora do Arsenal do Exército e do atual Serviço de Material.



movendo as *Coudelarias*, fundando a fábrica de ferro do Prado (Temar) e restabelecendo a de Sachuca (junto a Figueiró) para fundirem balas e artilharia, estabelecendo fábricas de salitre e pólvora nas Comarcas, criando as *Védorias do Exército* (1641) e uma *Aula de Fortificação e Arquitetura Militar* (4) (1647) e "adotando muitas outras providências a respeito dos negócios da guerra".

D. João V publicou em 1707 as "Novas Ordenanças" pelas quais reorganiza o Exército, respeitando no entanto o sistema de recrutamento anterior.

É criado pela primeira vez o *Regimento* em substituição do antigo *Térço*.

O *Conde de Lippe*, ainda no Século XVIII, inspirou a reorganização de 1764, que, sendo notável em métodos de instrução, disciplina e sistema de defesa do País, respeita contudo o sistema de recrutamento das ordenanças em vigor" (5).

Finalmente, pela organização de 1806, o Exército passou a compreender Divisões e Brigadas e os regimentos receberam numeração.

\* \*

Observado o quadro sob o aspecto orgânico, vejamos agora os acontecimentos, nas tintas fortes das campanhas militares.

E o painel começa com a dolorosa derrocada de um sonho, já anteriormente esboçado pelo Rei africano, o prolongamento dos Algarves para o Norte de Africa. Registrando apenas que o instrumento de guerra ávidamente preparado pelo jovem Rei não tinha ainda nem o amadurecimento que consolida nem a tempera que robustece, damos a palavra ao bem moldado *Almanaque do Exército* referido ao 1 de julho de 1855: "A infeliz batalha de Alcácer-Quibir dada em 4 de agosto de 1578, na qual o jovem Rei D. Sebastião pereceu com a maior parte da nobreza e a flôr do seu Exército,

e os grossos cabedais que depois se gastaram para resgatar os cativos, reduziram este Reino à maior desgraça".

"A invasão dos Espanhóis" — a que não pôde opôr-se o improvisado Exército que sob o Comando de D. Antônio, Prior do Crato, se bateu inglória mas briosamente em Alcântara — e o seu opressivo e tirânico domínio de 60 anos, em que o seu governo, por uma errada política, ou indiferença, deixou perder, por falta de socorros, muitas e ricas conquistas que Portugal havia feito no precedente século, veio ainda agravar mais o desastroso estado do país, por isso que só se tratava de dispersar ou extinguir as forças nacionais, ao mesmo tempo que se lançavam pesados tributos e se procedia a grandes recrutamentos, sendo o último, de 16.000 homens, ordenado por Carta Régia de 26 janeiro 1639, a fim de sustentar as guerras de Flandres e da Catalunha."

É que, como diz Latino Coelho: (6) os portugueses "eram reputados perigosos como inimigos e excelentes como soldados", pelo que a Espanha dominadora soube juntar à sua famosa Infantaria os Terços portugueses, alguns dos quais deixaram história em terras afastadas da exilada Pátria.

Porém, com o despontar da alvorada heróica do 1 de dezembro de 1640, o painel retorna numa resurgida claridade, descrevendo-nos uma nova série de campanhas gloriosas, travadas àquem e além-mar, por um Exército organizado pelas imediatas providências governativas a que já nos referimos.

"Foi assim que se pôde sustentar uma gloriosa luta de 28 anos, em que se alcançaram as famosas vitórias do Montijo (1646), das Linhas d'Elvas (1658), Ameixial (1663), Montes Claros (1665) e Castelo Rodrigo (1664) e em que se tomou a importante Praça de Valença d'Alcantara, obtendo-se, afinal, o reconhecimento da independência da

(4) Antecessora da Academia Real de Fortificação, Art. e Desenho (1790).

(5) Elementos de Organização Militar — Tenente-Coronel do C.E.M. Pereira da Conceição.

(6) História Militar e Política de Portugal — Latino Coelho.



Monarquia Portuguesa em 13 Fev 1668 (7)". Nessa ocasião conseguiu Portugal reaver a maior parte dos seus territórios no Ultramar.

Cabe aqui uma referência especial às vitoriosas lutas contra os holandeses na Índia, no Brasil e Angola, em que se destaca a *restauração do Maranhão* (1642-43), a *batalha das Tabocas* (1645), e a expulsão dos holandeses do Norte do Brasil e Angola depois da reconquista de Angola (1648) e das duas brilhantes vitórias dos *Guararapes* (a primeira em 1648, e a segunda em 1649) e *do cerco e tomada do Recife*. Terminarei: esta referência, pela pena do autor de "Tropa d'Africa": Quase desajudado da metrópole, que mal podia defender as próprias fronteiras, o Brasil defendera-se e reconstituiu-se por si só. Era a prova mais evidente da sua vitalidade e da natureza atlântica da nação portuguesa".

\* \*

Consolidada a restauração da Independência os tempos correm, depois, entre altos e baixos, obrigando-se o Exército Português a intervir:

— *na guerra da Sucessão de Espanha*, em cuja campanha de 1706 o Exército Português, auxiliado pelos ingleses, penetra até Madrid onde faz proclamar Rei de Espanha o Arquiduque Carlos d'Austria, "dando ainda depois grandes provas de valor nas batalhas de *Almança* e *Saragoça*";

— *na guerra de oposição ao Pacto de Família* (guerra dos 7 anos), em que soube comandar, por hábil manobra, a ofensiva franco-espanhola de 1762;

— *nas campanhas de coligação contra a França*, em que o pequeno Exército Português "que passou a Espanha para a auxiliar contra a República Francesa, sustentou a honra das armas nacionais, distinguindo-se nas campanhas de *Rousillon* e da *Catalunha* de 1793 a 1795, em cujo último ano voltou a Portugal, fazendo-se a paz em 1797";

— *na inglória campanha de 1801*, contra a Espanha e França então aliadas.

Mas... já se desenha um novo quadro, que pela expressão se assemelha ao que se iniciou com *Alcácer Quibir* e se soergueu na brilhante composição das campanhas da Restauração:

Perante a invasão do nosso país, resultante do Tratado de Fontainebleau de 1807, as nossas tardias disposições de reorganização e defesa não impediram a derrocada nacional perante as forças francesas de Junot, que, em ação combinada com forças espanholas, se assenhoreou do país ante a partida do Rei e da Corte para o Brasil.

Porém, agora como então, desta vez com o decisivo apoio da Inglaterra, logo se desenharam as vitórias anglo-lusas de *Roliça* e *Vimeiro*, que levaram à convenção de Sintra e à retirada dos invasores (1808).

É o reverso glorioso da medalha:

Preparado o país, sob a égide da Regência que então se constituiu, para resistir a novas invasões do inimigo, "o Exército Português, unido e a par do Exército Britânico, sob o comando geral do invicto Marechal General Duque de Wellington e da Vitória, ajudado algumas vezes de forças espanholas, e sempre do acrisolado patriotismo e amor da independência nacional dos espanhóis, soube adquirir a justa reputação que tanto ilustra a nossa História, batendo e derrotando os numerosos Exércitos de Napoleão, compostos muitas vezes das suas melhores tropas e dirigidas pelos seus mais hábeis marechais (Soult, Duque da Dalmácia, em 1809; Massena, Príncipe d'Essling, em 1810 e 1811; Soult e Mortier, Duque de Treviso, em 1811; Marmont, Duque de Ragusa, em 1812; o Rei José Bonaparte e Jourdan, em 1813; e Soult em 1814) nas batalhas do *Bussaco*, *Fuentes de Honor*, *Albuhera*, *Salamanca*, *Vitória*, *Pirineus*, *Nivelle*, *Nive*, *Orthez*, e *Toulouse*, nos sítios e assaltos das fortes Praças de *Cidade Rodrigo*, *Badajoz* e *S. Sebas-*



tião, e num grande número de importantes ações e combates que houve na Guerra Peninsular”.

“O Exército Português, enfim, a par dos seus aliados, não só conseguiu repelir as invasões do inimigo sobre Portugal, mas também, libertada a Espanha, logrou entrar vitorioso em França, e, atravessando até além do Garona, fêz tremular ali as suas bandeiras, arvorando as dos Bourbons em Bordeus e logo depois em Toulouse. Terminou finalmente a carreira de tão relevantes feitos, achando-se o Marechal General Duque de Wellington em Toulouse, onde recebeu a importantíssima notícia de haverem entrado em Paris, Leão e outros pontos essenciais, os Exércitos aliados dos soberanos do Norte, em consequência do que foi depois celebrada a Paz em Paris, a 30 de maio de 1814, voltando o Exército Português à Pátria, coberto de imortais louros e das merecidas bênçãos da Nação, pela honra e glória de haver feito respeitar e, por assim dizer, reviver o antigo nome Português” (8).

Em consequência disto, Napoleão abdicava e retirava-se para a Ilha de Elba em abril do mesmo ano, este mesmo grande Cabo de Guerra e um dos grandes Capitães da História Militar, que tanto havia apreciado o valor e heroísmo da Legião Portuguesa que, recrutada por ordem de Junot, em 1808, se notabilizara em Wagram e em outras batalhas.

As perdas totais dos Corpos de 1ª linha do Exército Português na Guerra Peninsular foram de 21.141 homens, o que prova bem o sacrifício feito.

\* \*

Da brilhante galeria de retratos de grandes chefes militares do Período das Ordenanças, que agora se encerra, destacaremos apenas algumas figuras, como exemplo :

#### Nas campanhas da Restauração :

**Na Metrópole :** os Generais Matias de Albuquerque (depois Conde de Alegrete), Joane Mendes de Vasconcelos (9), André de Albuquerque Riba-Fria, Antonio Luiz de Menezes (Conde de Cantanhede e, depois, Marquês de Marialva), o Conde de Schomberg (chegado a Portugal em 1660, a convite da rainha D. Luiza), D. Sancho Manuel (Conde de Vila Flôr) ;

**No Ultramar —** Ruy Freire de Andrade e Nuno Alvares Botelho (na luta pela manutenção das nossas posições do Oriente, “*bonny fighters worthy of anny mon's steel*”, como os classificou o insuspeito autor inglês dos “*Chapters in Anglo-Portuguese Relations*”) e, no Brasil, Antonio Moniz Barreto, João Fernandes Vieira e o General Francisco Barreto de Menezes ; e Salvador Correia de Sá (Restaurador de Angola, libertando o leal e fiel punhado de heróis de Massangano).

Em 1706, o General Marquês das Minas, D. Antônio Luiz de Sousa.

**Nas campanhas da Guerra Peninsular —** os Generais Freire de Andrade, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca (Conde de Amarante) e Manuel Pinto Bacelar, entre tantos portugueses que se notabilizaram, como José Champalimaud, Bernardo Sepulveda, José Tallaya e o Conde de Castro Marim, ao lado dos grandes chefes do Exército anglo-luso : Artur Wellesley (Duque de Wellington) e Guilherme Carr Beresford, de entre galhardos comandantes de tão valorosas forças.

\* \*

O Comando em Chefe do Exército, que no período anterior era exercido pelo Soberano Reinante, e em, sua representação, pelos seus principais oficiais — o Condestável e o Marechal — postos criados por D. Fernando I, foi a partir da Res-

(8) Almanaque do Exército referido a 1 de julho de 1855.

(9) Cujo pai, Luiz Mendes de Vasconcelos, publicou em 1612 a “Arte Militar” vasto e erudito repostório do que então se sabia da ciência de organizar e fazer combater os exércitos”. Como esta, outras obras portuguesas engrandeceram a biblioteca militar do Século XVII — General Ferreira Martins — obra citada.



tauração entregue, como regra, a um General, tendo passado tão alto cargo pelas mãos de D. Afonso de Portugal (Conde de Vimioso), do Príncipe D. Teodósio, do Conde de Lippe (chamado por D. José I, para a orientação superior das forças anglo-lusas na luta contra a entente do Pacto de Família; discípulo de Frederico o Grande que ao tempo fazia entrar em moda a escola militar prussiana), do General D. João Carlos de Bragança (Duque de Lafões), dos Condes de Goltz e de Viomenil e, finalmente, do Tenente General do Exército Britânico, Guilherme Carr Beresford (de 1809 a 1820).

O Duque de Wellington, que comandava os Exércitos aliados na Península, só exerceu o comando especial do Exército Português, na ausência do Marechal Beresford, por poucos dias, no mês de abril de 1814.

\* \*

Carlos Selvagem, na sua obra "Portugal Militar" dá-me ensejo a encerrar esta breve referência ao Período das Ordenanças, que bem pode chamar-se da Restauração de Portugal perante a Espanha e a Europa, com estas palavras de Oliveira Martins na sua "História de Portugal":

"Prova-se a indestrutível tenacidade dessas raízes profundas que nenhuma charrua destrói, apesar de revolta a leiva pelo ferro das conquistas, depois de esmagadas as fôlhas e troncos pelo tropear dos cavalos de guerra, depois de queimadas e reduzidas a cinza pelos incêndios das invasões, pois, embora se lancem novas sementes à terra e nasçam vegetações novas, essas raízes profundas tornam a reverdecer, crescem, dominam um chão que é seu e, afinal, convertem ou esmagam, transformam ou exterminam, de um modo obscuro mas invencível, as plantas intrusas."

"A permanência dos caracteres primitivos dos povos, fato hoje indiscutível, permite fazer, se a expressão se nos consente, a História ao inverso: julgar de hoje para on-

tem, inferir do atual para o passado."

\* \*

Descerramos agora o terceiro painel do admirável políptico que estamos contemplando, e que se refere ao que os nossos tratadistas militares designam por:

*Período Contemporâneo* — que decorre desde as reformas de Beresford (de 1816) até aos nossos dias, melhor dizendo, até à criação do Pacto do Atlântico.

Porém, uma vez que uma data (1910) transpõe um regime político em Portugal e marca no campo internacional o advento do Exército Miliciano que havia de fazer a 1ª Grande Guerra, o quadro que agora observamos registrará apenas as figuras e os fatos que decorrem até à proclamação da República Portuguesa.

\* \*

Sob o ponto de vista legislativo e orgânico deve notar-se que o sistema das ordenanças, consagrado no período anterior, respeitado pela reforma militar de 1806 (que, perante a ameaça latente organizava ativamente o Exército em Divisões e Brigadas e pela primeira vez numerava os corpos das diferentes Armas) permanece de pé durante toda a Guerra Peninsular, pois que, por inspiração do General Beresford, a reorganização de 1809 introduziu nele basicamente, sem o afetar, novas disposições de ordem técnica, disciplinar e de Comando.

Só pela reorganização do Exército de 1816, promulgada, portanto, depois da queda definitiva de Napoleão Bonaparte, é que foi modificada a estrutura do Exército Português nos moldes seguintes:

— O serviço militar continuava a ser obrigatório e geral;

— O Exército compreendia tropas de linha, milícias e ordenanças (que passaram a representar apenas o pessoal destinado ao serviço de recrutamento das tropas de linha e das milícias), sendo as tropas de linha, com um tempo de serviço de 12 anos e um efetivo pré-estabelecido em tempo de paz, constitutivas



de unidades das diversas armas e serviços.

Desde então vai-se lentamente evoluindo do sistema orgânico do Exército Permanente (10) instituído com a Restauração no período anterior, e no qual os militares em tempo de paz é que faziam a guerra em tempo de guerra, para o Exército Miliciano, estabelecido pela instituição republicana (1911), em que a permanência dos indivíduos era reduzida ao indispensável à sua preparação militar.

"Assim, a duração do serviço militar efetivo nas fileiras, que era de 12 anos, passa sucessivamente a sete (1821) a seis (1836) a cinco (1840) e dois anos (1895), até se reduzir a algumas semanas pela lei de 1911 (11). Era o sentido lógico da evolução derivado das novas exigências políticas, econômicas, militares e sociais nascidas da Revolução Francesa.

No fim desta evolução, o caráter da função militar renobilita-se, deixando de significar uma obrigação servil para se tornar na expressão de um direito e uma honra do cidadão, pelo que é estabelecida a exclusão para os indignos de tal mercê.

Com a diminuição do número de exceções à prestação pessoal do serviço militar aumenta o número de homens chamados as fileiras, moraliza-se o recrutamento e prestigia-se a instituição.

Finalmente, com a fixação da idade única para a chamada ao serviço que oscilava em 3 idades, pela lei de 1856, e em sete idades (dos 18 aos 25 anos) pelas leis anteriores, é metodizada a incorporação e regulado o contingente anual.

\* \*

Encaremos agora os acontecimentos que se desenham neste terceiro

painel do admirável políptico em estudo:

Inicia-se este período com uma expedição militar à América do Sul, a que o "Almanaque do Exército de 1855" se refere nestes termos: Pouco tempo depois da última guerra da Europa contra Napoleão, e da sua abdicação e prisão em 1815, uma Divisão escolhida do Exército Português, composta de 4.831 homens, foi mandada servir noutro hemisfério, e ali adquiriu novos louros nas campanhas do Rio da Prata e de Montevidéu, desde 1816 a 1823, em "que regressou ao Reino".

E entramos nas tintas sanguinolentas da ingloria e esgotante guerra civil entre constitucionais e absolutistas ou, seja, entre liberais e miguelistas ou, ainda, entre as pretensões à Coroa, dos dois Príncipes D. Pedro e D. Miguel, filhos de D. João VI, lutas em que o Exército Português, se escreveu páginas isoladas de valor militar, (12) nem por isso deixou de enfraquecer-se, por intervir, dividindo-se, não o campo do interesse nacional mas sim no da política partidária.

Foi assim que, desde a revolução do Porto (1820) — que originou a constituição de 1822 — até ao final do reinado de D. Maria II (1853) Portugal viveu 3 decênios de transformação política e depauperante desgaste das suas forças, numa lenta viragem do absolutismo tradicional para um constitucionalismo mais ou menos liberal, viragem histórica em que o Brasil proclamou a sua independência (setembro de 1822).

Não se esqueça, no entanto, neste período, a valorosa atuação de uma Divisão portuguesa de 6.000 homens, que auxiliou as tropas da Rainha de Espanha contra o pretendente D. Carlos em vários combates designadamente na Batalha de Armiñon (1837).

Porém ... não findaria o Século XIX sem que novas tintas bri-

(10) Primeira modalidade do Exército Nacional, que sucedeu ao Exército Feudal.

(11) Tenente-Coronel Pereira da Conceição — obra citada.

(12) Podem citar-se as vitórias liberais de Vila da Praia (1829), do desembarque no Mindelo (1832) e das batalhas de Almoester e Asseiceira (1834), de que resultou a Convenção de Évora-Monte, que pôs termo ao absolutismo e desterrou D. Miguel I.



lhantes perpetuassem, no retábulo que observamos, a primeira fase da magnífica ação do Exército Português nas *Campanhas de Ocupação em África*, verdadeira resposta nacional às exigências da Conferência de Berlim (1885) e ao "Ultimatum" inglês (1890) que, se momentaneamente nos humilhou, veio fazer despertar as velhas e sempre novas energias latentes na grei portuguesa.

Assim, ficaram para sempre consagrados na História e celebrados pela fama ou pela arte da estatuária, da pintura ou das letras, de entre tantos feitos:

Em Moçambique e contra o poderio vátua apoiado pela ambição inglesa: os combates de *Marra cuene* (1894), em que pela primeira vez se recompôs o "quadrado" roto pelo embate negro; de *Magul* (1895), "vitória esta mais decisiva pelos estragos produzidos nas "impis" inimigas e pelo golpe vibrado na soberbia vátua" (13); e de *Co-lela* (1895) em que o pequeno quadrado de 577 europeus e 450 auxiliares conseguiu destroçar as grandes "impis" do Gungunhana no total de 10 a 12.000 homens, vitória decisiva que tornou possível a gesta legendária do *Chaimite* (aprisionamento do poderoso régulo vátua) e a famosa *Campanha dos Namarrais*.

A êste respeito conclui Carlos Selvagem:

"Pela persistência, pela reiteração dos esforços, pela unidade de vistas, por certos lampejos de heroísmo individual e, sobretudo, pela infatigável energia dos governadores, votados a essa empresa, a conquista de Moçambique é uma das mais belas páginas de glória do Exército Português."

Em Angola: a derrota e submissão dos *Cuamatos* (1906-1907) que, permitindo assegurar uma linha de ocupação, pelo estabelecimento de um rosário de fortes, "constitui um modelo-tipo de campanha em África e a demonstração de quanto vale, para o bom êxito de tais operações, a cuidadosa preparação, a execução

metódica, e a regularidade e calma com que foi conduzida em tôdas as fases do seu desenvolvimento" (13); a submissão dos *Dembos* e o avanço da ocupação, no Sul de Angola, desde as margens do Cunene às do Cuito e Cuando.

Foi a primeira fase da ocupação efetiva do S. e S.E. da nossa grande Província da África Ocidental, êsse então "hostil oceano de selvas, matos bravios, chamas de capim, povoados por um inextricável xadrez de povos e tribos bárbaras, insubmissas, sanguinárias, mal conhecidas, que viviam da caça, da guerra, e da rapina — cuanhamos, evalos, cuangares, ganguelas, ambuelas mucancalas, mucussos, lutchazes, etc" (14).

É que a segunda fase, a submissão e ocupação do Cuanhama, ao qual não faltaria o apoio da vizinha colônia alemã, só em 1915 cinco anos após a proclamação da República Portuguesa, se iria efetuar, em plena Grande Guerra.

Não deve esquecer-se, no entanto, que "além dessas pertinazes campanhas de ocupação em Moçambique e Angola, que foram o nosso maior título de glória da Monarquia Constitucional, outras campanhas mais obscuras nos domínios ultramarinos de Portugal, ainda vastos, afirmaram freqüentemente o valor dos soldados portugueses, e a magnífica unidade e espírito nacional em tôdas as partes do mundo por onde a Nação se tinha derramado — na Guiné, na Índia, em Macau e em Timor" (14).

\* \*

Voltando à brilhante galeria de retratos dos Chefes Militares de Portugal neste período, aí encontramos, entre muitas outras que a memória conserva: as figuras consteladas dos Marechais Duque de Saldanha e Conde de Vila Flor (depois Duque da Terceira), ao lado do Marquês de Sá da Bandeira, na luta pelo constitucionalismo e suas instituições.

(13) Carlos Selvagem — obra citada.

(14) Carlos Selvagem — obra citada.



Na ocupação de Moçambique, as dos capitães Mouzinho d'Albuquerque (cujo centenário de nascimento acaba de celebrar-se), Caldas Xavier, Freire de Andrade, Paiva Couceiro, Galhardo, Azevedo Coutinho, Paiva d'Andrade, Serpa Pinto, Aires d'Ornelas e Gomes da Costa, Massano de Amorim ladeando a rica moldura do retrato de Antonio Enes, o extraordinário Comissário Régio de 1894-95 — e, na 1ª fase de pacificação de Angola, as dos capitães Artur de Paiva, Alves Roçadas, João de Almeida e Eduardo Marques, em torno dos retratos de Governadores famosos como Eduardo Costa e Paiva Couceiro, já notabilizados em Moçambique.

Celestino da Silva sobressai entre os pacificadores de Timor.

\* \*

Não encontro melhor fecho para este capítulo de que o testemunho de um Herói e o louvor de uma Rainha :

Mouzinho d'Albuquerque, na sua incomparável carta ao Príncipe Real D. Luiz Filipe pôde afirmar :

"Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na História de Portugal Contemporâneo escrevemo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrer em sangue."

A Rainha D. Amélia, desenvolvendo o que escreveu El-Rei D. Carlos, em telegrama para Antonio Enes, depois da batalha de Coolela e da destruição do império vátua, diz :

"Daqui mando uma derradeira homenagem àqueles que pela Pátria deram a vida e saúde todos aqueles — Comissário Régio, oficiais e soldados — que tão brilhantemente continuaram as nossas gloriosas e nunca interrompidas tradições." (15).

## II — O EXÉRCITO PORTUGUÊS DESDE A REPÚBLICA ATÉ AOS NOSSOS DIAS

Com o advento do regime republicano (1910), cuja eclosão se pre-

parara no subsolo dos partidos e foi finalmente proclamado sobre uma pronúncia militar, coincidiu, naturalmente, a reforma das instituições fundamentais do Estado, em que avulta a corajosa reorganização do Exército de 1911, que estabeleceu entre nós o sistema do Exército Miliciano.

Este sistema, limitando a poucas semanas a duração de serviço nas fileiras, preparava grandes efetivos para a guerra. A doutrina de então o impunha.

Foi com esta nova orgânica, mal consolidada ainda, que o Exército Português participou na primeira guerra mundial (1914-18) servindo o objetivo político de defesa dos nossos interesses ultramarinos e de consolidação da velha aliança com a Inglaterra.

A guerra veio em má altura, no meio daquela lenta e dolorosa transformação política que, por não ter ainda raízes fundas no subconsciente nacional, se prolongaria depois de celebrada a paz, mantendo divididos os portugueses e desgastando os recursos da Nação a tal ponto que se tornou quase espontâneo o golpe de Estado de 1926, dado pelo Exército, com o fim de sanar a vida pública portuguesa.

Foi este o primeiro ato do incontestável ressurgimento nacional que iria operar-se na doutrina, nas instituições e nos processos, sob a égide de Salazar (chamado para o Governo em 1928), na sequência do qual a Nação, votando a Constituição Política de 1933, instaurou o regime vigor e — o Estado Novo.

O Exército Português, integrado dentro desse novo corpo de doutrina, como um dos ramos das Forças Armadas, passando a servir a Nação e não os seus partidos, radicou os seus altos fins nos da própria Política nacional que, por outros meios que os da Diplomacia, deve estar pronto a seguir tanto na paz como na guerra.

Desde 1932, data em que o Dr. Oliveira Salazar tomou conta da pasta da guerra, logo coadjuvado pelo en-

(15) De "As Campanhas de Moçambique em 1895 — Prof. Doutor Marcelo Caetano.



tão capitão do C.E.M. Santos Costa, que um verdadeiro sópro renovador foi operando, lenta mas firmemente, o ressurgimento de um Exército depauperado e descrente da sua unidade e da sua força.

Assim, em obediência às diretrizes constitucionais de 1933, se promulgaram, durante a Guerra de Espanha (1936-39), as leis básicas de 1937, que estabeleceram a nova Organização do Exército (Lei 1960) e o novo sistema de Recrutamento e Serviço Militar (Lei 1961), às quais se seguiu um conjunto harmonioso e progressivo de disposições legais e regulamentares que reformaram, criaram ou fortaleceram as instituições militares portuguesas.

Foi o instrumento militar, assim forjado, que a par de outros meios, tornou possível ao Estado e à Nação a defesa da sua valiosa atitude política durante a segunda guerra mundial (1939-45) e, após esta a sua honrosa e efetiva participação nos planos de defesa e seus compromissos derivados do Pacto do Atlântico (1950).

Segura evolução esta no sentido essencial de contribuir para que o país retomasse a linha histórica do seu prestígio internacional, tanto no domínio das idéias, como no das instituições, sua atividade e sua força.

\* \*

Vejamos alguns marcos miliários dessa evolução :

Sucedendo ao Exército Permanente (anterior à República) e ao Exército Miliciano de 1911, a reorganização de 1937 estabeleceu em Portugal o sistema orgânico do Exército Semi-Permanente, que ainda hoje vigora, e que representa um compromisso entre os dois anteriores, tendo sido instaurado pelas exigências da guerra total derivados da 1ª guerra mundial, com as seguintes razões clássicas da sua adoção mais ou menos generalizada :

“ — necessidade da constituição de efetivos de cobertura e de preparação da mobilização econômica ;

— conveniência em se possuir desde o tempo de paz o esqueleto de quase toda a organização militar do tempo de guerra ;

— exigência de uma maior permanência nas fileiras de um número sempre crescente de técnicos e especialistas treinados ;

— necessidade de se estar preparado, uma vez que os conceitos pacifistas põem as Nações que os adoptam em condições de serem objeto mais fácil de agressão por parte daqueles que os não consideram (16).

“Esta evolução não vem senão confirmar...” a estreita analogia que, em cada época, existiu sempre entre o sistema de organização do Exército e a mentalidade político-social dessa época.

Os Exércitos acompanham a evolução das sociedades e a sua organização é a reflexa do nível humanístico dessa sociedade” (16).

No campo concreto do recrutamento, a nossa legislação consagrou de há muito o princípio da obrigatoriedade do serviço militar, e o processo do serviço geral, pessoal e obrigatório, adotado hoje pela generalidade dos países, o qual obriga todos os cidadãos sem distinção de classe, origem social ou religião (geral) e é pessoal por ter de ser prestado pelo próprio indivíduo, que não pode fazer-se substituir por outrem.

Assim se respeita o caráter puro e nobre que deve informar as instituições militares e se dá ao serviço militar o cunho de um direito e uma honra, a que não têm acesso, por exclusão, os que a não mereçam.

O sistema de recrutamento é o do serviço geral, pessoal e obrigatório para a massa dos combatentes e o de voluntariado, entre nacionais, para os quadros de dirigentes.

A linha geral da evolução da duração das obrigações militares tem, desde o advento do Século até hoje, a seguinte característica :

— aumento sucessivo da duração total das obrigações militares ;

(16) Elementos de Organização Militar — Tenente-Coronel Pereira da Conceição.



— tendência para aumento de permanência no escalão das tropas ativas ;

— preparação e manutenção de uma reserva de recrutamento, capaz de, por antecipação, fornecer con-

tingentes para recompletamento do Exército ativo em campanha.

A lei de 1949, em vigor (que insere alterações à de 1937), estabelece a seguinte duração das obrigações militares :

— dos 18 aos 20 anos —	Reserva de recrutamento ou de suplemento .....	3	anos
— dos 20 aos 28 anos —	Tropas ativas, sendo :		
	21/22 — nas fileiras		
	22/28 — na disponibilidade	8	anos
— dos 28 aos 40 anos —	Tropas licenciadas .....	12	anos
— dos 40 aos 45 anos —	Tropas territoriais (Reserva de mobilização ou de complemento) .....	5	anos
	Total .....	25 + 3	anos

A marcha da organização, que viria cumular em 1950 com a nomeação do primeiro Ministro da Defesa Nacional e a criação do Secretariado Geral da Defesa Nacional (que sucedeu à extinta Majoria Geral do Exército) e, em 1952, a do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica (que deu independência à Força Aérea como um dos três ramos das Forças Militares), além da reforma dos organismos superiores da Defesa Nacional, correspondeu, naturalmente, todo um laborioso processo de evolução de meios, de que não poderemos deixar de destacar :

— na organização e doutrina — adoção de uma nova orgânica — nos moldes dos Exércitos modernos — para as Unidades das Armas e Serviços tanto em campanha como em tempo de paz, e nova regulamentação.

— na parte financeira — o estabelecimento do Orçamento Suplementar de Defesa, para os encargos extraordinários.

— no equipamento material das Unidades — o Programa da Ajuda Mútua (MDAP) dentro do Pacto do Atlântico, e o esforço nacional de produção de material de guerra.

— nas infraestruturas militares e meios de instrução — Novos e amplos aquartelamentos, renovadas escolas e centros de instrução de es-

pecialistas, uma modelar Escola Militar de Eletromecânica (onde se formam, para os três ramos das Forças Militares, os núcleos instrutores de rádio-transmissões e eletromecânica e radar), e um magnífico Campo de Instrução Militar onde se realizam manobras anuais no âmbito das Grandes Unidades.

— no apetrechamento fabril — ampliação das instalações e incremento das possibilidades dos estabelecimentos produtores de material de guerra, e intensificação da produção por industriais civis, com vista à Mobilização Industrial em caso de guerra.

\* \*

Estruturalmente, a Organização Militar Territorial, estabelecida com a função descentralizadora da ação do Ministro do Exército (e das 3 Direções Gerais do seu Ministério) em especial quanto a administração, disciplina e justiça, e para a preparação e execução : das operações de recrutamento, instrução e mobilização militares, e das medidas relativas à defesa aérea do território, ao exercício do comando superior das tropas nas respectivas áreas e cumprimento das missões que às mesmas incumbem, compreende :

Na Metrópole : cinco Regiões Militares (uma das quais designada



por Governo Militar de Lisboa) no continente, e dois Comandos Militares nos Arquipélagos dos Açores e Madeira.

Os Quartéis-Generais das Regiões Militares estão organizados, em tempo de paz, de modo a tornar possível, em tempo de guerra, o seu desdobramento em Q.G. Territorial e Q.G. de uma Grande Unidade. Por esse fato, entre as Unidades e estabelecimentos militares de cada Região Militar, existem, como regra, as seguintes unidades territoriais, mobilizadoras das unidades divisionárias: três Regimentos de Infantaria; um Regimento de Artilharia Ligeira de Campanha; um Regimento de Artilharia Pesada de Campanha; um Grupo de Artilharia Contra Aeronaves; um Regimento de Cavalaria; um Regimento de Engenharia; as correspondentes unidades mobilizadoras dos Serviços.

A *defesa costeira, defesa aérea e defesa interna* do território, embora ligadas à organização territorial acabada de expor, têm, naturalmente, os seus dispositivos permanentes e adequados meios conjuntos de Comando e de contróle.

No *Ultramar* — um Comando Militar em cada uma das Províncias Ultramarinas, dispondo de meios de comando, unidades e estabelecimentos militares necessários para a constituição de uma Divisão em cada uma das Províncias de Angola e Moçambique e, nas restantes, dos meios julgados convenientes para a defesa da soberania portuguesa naquelas possessões.

\* \*

Na galeria dos grandes painéis que perpetuam o esforço das Armas portuguesas neste último período em estudo — de 1910 aos nossos dias — observamos agora os seus três últimos quadros, pintados por mão de artista, algum dos quais enriquece as paredes do nosso Museu Militar, em Lisboa:

O primeiro refere-se à intervenção portuguesa na primeira Guerra Mundial (1914-18); o segundo descreve, durante a 2ª Grande Guerra (1939-45), a mobilização e instala-

ção defensiva das forças militares portuguesas, na Metrópole e no Ultramar, para a vigilância e defesa da nossa soberania, perante a atitude política nacional de neutralidade armada e a posterior cedência temporária de bases aero-navais nos Açores, por invocação da aliança luso-britânica e a pedido dos E.U.A.; o terceiro, finalmente, incompleto ainda, mas exprimindo já, nas cores e traços definitivos de algumas imagens, e na felicidade do desenho ou esboço, um todo harmonioso e de vinculada expressão militar, fala-nos do ingente esforço do Exército Português, na atualidade, no sentido do seu engrandecimento e da cabal satisfação dos seus honrosos compromissos internacionais.

No primeiro, justamente se consagra a patriota ação do Exército Português durante a Grande Guerra de 1914-18: na definitiva ocupação do Sul de Angola, pela submissão e derrota do Cuanhama, cuja pedra de toque foi o *Combate da Môngua* (1915); na campanha do limite N. da Província de Moçambique, em que se assinala a passagem do Rovuma e a *Tomada de Kionga*, e, finalmente, na medida de um desusado esforço militar, na mobilização, expedição e briosa atuação de um Corpo de Exército (a 2 Divisões) — O *Corpo Expedicionário Português* — C.E.P. — que num total de 55.000 homens, ocupou e defendeu um setor de 12 quilómetros da frente do XI C.E. do 1º Exército Inglês — na Flandres, desde princípios de 1917 — guerra esta de trincheiras e de nervos d'aço que, pelas suas características especiais, um escritor militar chamou guerra de baterias, de companhias e pelotões, pon-do à prova, essencialmente, os comandos e os soldados das pequenas unidades empenhadas.

Desta campanha ficou memorável o vitorioso combate de 14 de agosto de 1917, contra o potente "raid" alemão daquele dia, e marcada a letras de ouro e de luto nos seus anais, a inglória mas esforçada, sangrenta e útil resistência do C.E.P. perante a grande ofensiva alemã, que ficou designada por *Batalha de La Lys* (ou de Armentières), lan-



cada a 9 de abril de 1918, e sobre a qual não resisto a transcrever a insuspeita referência do correspondente de guerra junto do Grande Q.G. inglês, publicada no "Times" de 11-IV-918 (17).

"A 2ª fase da grande ofensiva alemã executou-se em formidável escala, irrompendo a N. de Armentières, no velho campo de batalha de Messines. O inimigo, até agora (dia 10), apenas conseguiu repelir o nosso centro, numa pequena frente, até às alturas do R. Lys, a oeste e N.O. do Laventie. Os prisioneiros feitos informam ter esta ofensiva por objetivo fazer terminar a guerra, destruindo o Exército britânico.

O pêso do grande ataque de ontem (9 de abril) não incidiu, porém, sobre as tropas britânicas, mas sobre as portuguesas, que guarneciam o centro da frente atacada. Foi isto devido, naturalmente, à nova política que os alemães adotaram de atacar os pontos de ligação dos exércitos, como fizeram ao inglês e francês a 20 de março, pontos em regra mais fracos.

A frente guarnecida pelos portugueses foi, contudo, o centro do ataque principal de ontem. O combate preliminar da artilharia teve particular violência sobre a frente portuguesa, bem como o ataque da infantaria, iniciado às 5 da manhã, após uma hora de horrível preparação da artilharia. Numa frente de 17 mil jardas, os alemães lançaram 8 Divisões ao ataque. Sob o pêso de tal ataque os portugueses não puderam manter a posição. Os alemães aproveitaram ainda o fato de haver um denso nevoeiro...

Sob o tremendo pêso do ataque alemão, a 1ª linha, pelas 6 h.m. estava em parte tomada, tendo-se a 1ª brecha produzido em Fauquissart. Pequenos grupos de portugueses continuaram, porém, batendo-se desesperadamente embora rodeados por forças consideráveis.

As 2ª e 3ª linhas, que a terrível barragem sucessivamente bateu,

foram análogamente destruídas e ocupadas pelos nossos inimigos.

Em Lacouture os restos dum batalhão bateu-se homericamente.

A artilharia portuguesa bateu-se com grande valor. "Por sua vez, o "Daily Mail" de 11 de abril diz: "Os portugueses, atacados violentamente, resistiram com vigor, apesar de ser a primeira vez que eram seriamente atacados. O ataque preliminar executado pelo fogo de morteiros foi o mais violento que jamais se fez até então, segundo o testemunho de oficiais ingleses que estiveram junto das tropas portuguesas e tinham combatido no Somme". "Foi o início da última grande ofensiva alemã da Grande Guerra de 14-18, a qual, uma vez parada, deu lugar à vigorosa contra-ofensiva que levou à derrocada das forças alemãs, ao Armistício de 11 Nov 918 e à Conferência da Paz de 1919.

Foi nesta conferência que o Governo Português, não tendo pedido qualquer indenização pelo nosso esforço nem qualquer pagamento pelos serviços prestados, viu sancionada a restituição de Quionga (ao N. de Moçambique) pela Alemanha, "bem modesto preço da nossa co-opeção militar na Grande Guerra, em que empenhamos tantos milhares de homens, e em que tantos deles sacrificaram a vida nos campos da batalha da Flandres (onde, entre mortos e feridos, os serviços estatísticos registraram 330 oficiais e 6.980 praças, além de milhares de prisioneiros e outras baixas por incapacidade) e das duas grandes províncias portuguesas de Além-Mar" (18).

Mais recentemente, já no limiar da 2ª Grande Guerra, há que registrar-se a valorosa e eficiente intervenção de um grande número de voluntários portugueses que honraram a bandeira das quinas na Guerra de Espanha (1936-1939).

O segundo painel, se não consagra a glória e o sacrifício da vida pela Pátria nos campos de batalha, nem por isso deixa de enaltecer a bem ordenada mobilização, prepa-

(17) A Batalha do Lys — General Gomes da Costa.

(18) General Ferreira Martins — obra citado.



ração, transporte, e instalação do Exército Português durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para a guarda vigilante das nossas possessões de aquém e além-mar em África, e no Oriente onde algumas dezenas de milhares de homens, conscientes do seu valor e das possibilidades do novo material que guarneciam, foram esforçadas sentinelas duma neutralidade armada, que, garantindo a defesa de posições essenciais, como a das bases aeronavais dos Açores, tanto serviu a causa dos nossos velhos aliados da 1ª Grande Guerra.

Finalmente, o último quadro deixa transparecer já no dinamismo o volume das imagens e das cores, o meritório esforço do Exército Português da atualidade, no sentido da sua reorganização, reapetrechamento e revisão dos sistemas de defesa, rejuvenescimento e aperfeiçoamento dos seus quadros, valorização do combatente por um adequado plano de instrução, desde a sua preparação individual (moral, física, profissional e técnica) ao treino do conjunto na similitude do ambiente de combate, e do desenvolvimento de uma unidade de doutrina e coesão nos altos princípios morais e patrióticos, que o informam, para salvaguarda da soberania nacional e satisfação dos compromissos militares de ordem internacional livremente assumidos.

\* \*

Voltando à galeria de retratos dos chefes militares que mais ergueram o nome do Exército Português por feitos em campanha, saltam-nos agora à vista as figuras apumadas, ora severas e hieráticas como esculturas em bronze, ora de expressão comunicativa aberta a cinzel em mármore branco, de generais ou capitães ilustres de que, entre tantos, recordo os nomes de: Teixeira Pinto, Pereira d'Eça, Gomes da Costa, Pedro Curato, Xavier da Costa, Ribeiro de Carvalho, Sousa Gonzaga, Soares Zilhão, Bento Roma, Andrade Peres, Vale de Andrade, Barros Rodrigues, Araclete dos Santos, Pires de Figueiredo, Sousa Tribolet, Amé-

rico Olavo, Francisco Antônio Baptista, Santos Cunha, Silva Leal, Paulo do Rêgo, Ferreira do Amaral, Vieira da Rocha, Rodrigues Leite, Alfredo Guimarães, Silva Matos, Medeiros de Almeida, Manuel de Vasconcelos, Henrique de Sousa, Helder Ribeiro, Bernardo de Faria, Ferreira Martins, etc.

Entre toda essa pléiade de ilustres militares, com o peito conchado de medalhas, lá estão também os retratos do dinâmico Ministro da Guerra de então — Norton de Matos — e do General Tamagnini de Abreu — Comandante do C.E.P. —, dos Generais Garcia Rosado e Abel Hipólito.

A guerra de Espanha trouxe para aquela galeria alguns belos retratos de "Viriatos", os heróicos militares portugueses precusores da defesa do Ocidente em terras da Ibéria, figuras galhardas que o tempo acabará por consagrar e entre as quais se destacam altos chefes do Exército Português da atualidade.

Mas... não dissemos tudo, porque em cada português há o germen do sacrifício, do valor e do heroísmo, que tanto brota das estrêlas ou galões dourados como da divisa do sargento ou do soldado raso; e tantos foram os heróis dessa nova Ala dos Namorados que, apesar de esmaltarem o peito de alguns a Torre e Espada ou a Cruz de Guerra, houve que simbolizar e enaltecer toda a gesta magnífica dessa gente humilde de legendário ânimo na figura anônima, mas grandiosa, do Soldado Desconhecido, cujo corpo foi levado, na presença dos mais altos chefes aliados, após exéquias soleníssimas, a repousar sob as abóbadas de Santa Maria da Vitória — na Batalha — como um dos Grandes de Portugal.

\* \*

Ó Brasil de Portugal e Portugal do Brasil!

Tenho a impressão de que esta breve história do Exército de Portugal para o Brasil nada de novo contém que o não saibam as duas Nações irmãs, pois é, também, a história do valoroso Exército do Brasil, cuja representação se cobriu de glória nos campos de batalha da Eu-



ropa na 2ª Guerra Mundial, e que Lisboa recebeu de braços abertos, em amplexo de consagração, como se seus filhos fôssem.

É que nada mais procurei fazer do que interpretar, assim, como num ciciar através do Atlântico, soando a glórias e derrotas, a toque de alvorada e marcha de continência, uma conversa íntima de dois soldados irmãos no sangue, na fé, na língua, nos costumes e no ideal, sentados um de cada lado, ante a fogueira votiva dêste novo Mare Nostrum, a relembra as figuras e fatos de seus maiores, no intervalo do exercício das armas ou da oração, na constante vigília para a defesa de um Patrimônio Comum que não tem par na História Universal.

#### BIBLIOGRAFIA

Portugal Militar — Carlos Selvagem.

História do Exército Português — General Ferreira Martins.

História Militar e Política de Portugal — Latino Coelho.

História de Portugal — Oliveira Martins.

História de Portugal — Pinheiro Chagas.

Curso de História Universal — Fortunato de Almeida.

Novos Subsídios para a História de Artilharia Portuguesa — General Teixeira Botelho.

Ordenanças e Grumetes d'El-Rei — Coronel Faria de Moraes.

André de Albuquerque — Herói da Restauração — Coronel Lúcio Nunes.

Elementos de Organização Militar — Tenente-Coronel Pereira da Conceição.

Organização Militar Portuguesa — Tenente-Coronel Ferreira da Conceição.

As Campanhas de Moçambique em 1895 — Prof. Dr. Marcelo Caetano.

Sul de Angola — Capitão João de Almeida.

A Batalha de Lys (9 de abril de 1918) — General Gomes da Costa.

A History of Portugal — Charles Nowell.

Almanaque do Exército referido ao 1 de julho de 1855.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.

Carta de Mousinho d'Albuquerque a Sua Alteza o Príncipe Real D. Luiz de Bragança.

Relatórios Diversos apresentados ou elaborados no Estado-Maior do Exército.

## Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência de Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Telefone: 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência: 43-1112 — Diretoria: 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)